

Natal, 25 e 26 de maio de 2009.

Caravana Comunidade Segura – Campanha do Desarmamento.

Anotações de viagem (3)

*Por Suzana Varjão**

uitas vezes, quando uma pessoa compra uma arma para se defender, está
“**M** comprando a própria morte”. A frase é de [Marcos Dionísio Medeiros](#), titular da Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. E dá o tom dos debates travados durante a passagem da Caravana Comunidade Segura por Natal. Debates consistentes sobre aspectos relevantes da política de desarmamento.

O papel dos governos municipais na gestão da segurança pública foi um dos pontos fortes das discussões. A questão foi abordada a partir da polêmica em torno do uso de armas de fogo pelas guardas municipais. E pode ser ilustrada pelo depoimento do titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social, [Agripino Oliveira Neto](#): “É importante compreender que polícia é como goleiro em jogo de futebol, e que para ganhar uma partida, é preciso que o time inteiro jogue”.

O “time”, no caso das áreas em que se desenvolvem condições de vulnerabilidade a violências, são as demais secretarias de estado: “É preciso que o estado todo se faça presente, ou seja, que haja uma maior integração entre o trabalho das polícias e de outras secretarias. É fundamental promover um outro tipo de ‘ocupação’ que não a policial. Iluminar as ruas, construir quadras de esportes e oferecer aos jovens oportunidades de lazer e renda são algumas ações importantes”.

À fala de Agripino somaram-se depoimentos sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), cujo conjunto de projetos operacionaliza o novo paradigma da segurança pública no país, aliando repressão qualificada a políticas preventivas de criminalidades. Em outras palavras, o programa do Governo Federal

busca restabelecer o Sistema de Justiça Criminal por completo, com projetos que têm foco tanto nas causas quanto nas conseqüências de violências.

E os governos municipais têm função preponderante na dimensão preventiva – que não passa, portanto, pela superposição de funções que cabem ao aparato repressivo de Estado. As experiências que mais vêm surtindo efeitos positivos no enfrentamento de violências e criminalidades são as que investiram na mudança do imaginário da cidade, aplicando com eficiência a “teoria das janelas quebradas”, como ocorreu em Bogotá (Colômbia), quando um filósofo assumiu a chefia do executivo municipal.

Os primeiros passos para o sucesso da experiência colombiana foram dados em 1991, quando o marco constitucional propiciou, pela primeira vez, a estruturação de uma estratégia nacional contra a violência, imprimindo avanços consideráveis na identificação e formulação de ações para o enfrentamento de problemas que afetavam a segurança e a convivência, estendendo, de modo claro, ao presidente, aos governadores e aos prefeitos a responsabilidade pela gestão da ordem pública.

A estratégia, em princípio, não teve alcance nacional, em virtude de vários fatores, entre os quais – segundo avaliam especialistas –, a falta de tradição na gestão da segurança (na maioria dos casos, os governadores e prefeitos não souberam como responder à questão); a ausência de diagnósticos sobre segurança e de planos preventivos de violências e criminalidades; e a falha dos mecanismos de mobilização e participação social.

Mas nas cidades de Medellín, Cali e Bogotá, a estratégia funcionou, notadamente, porque foram as únicas cidades que abordaram o tema de maneira integral, obtendo reduções importantes na violência e na delinqüência. Registremos, a título de referência, alguns dos fatores que contribuíram diretamente para o sucesso da experiência da última cidade, a que melhor desempenho alcançou, passando de 4.352 homicídios comuns em 1993 para 1.582 em 2004:

1. Gestão direta do tema, pelos prefeitos;
2. Informação confiável (foi criado o Sistema Unificado de Informação de Violência e Delinqüência – SUIVD);

3. Criação de infra-estrutura administrativa e destinação de recursos humanos, técnicos e financeiros (traduzida pela criação da Subsecretaria de Assuntos para a Convivência e para a Segurança Cidadã);
4. Fortalecimento da Polícia Metropolitana.
5. Estruturação de um plano local de segurança e convivência (um plano que, sem descuidar das ações coercitivas e da ação da justiça, orientou-se pelo fortalecimento da cultura cidadã e pela resolução pacífica dos conflitos, segundo, ainda, avaliação de especialistas);

Considerado ponto fundamental do sucesso do programa de enfrentamento de violências e criminalidades de Bogotá – bem como de outros que se miraram na experiência da cidade colombiana –, do plano local constaram, dentre outras, as seguintes ações estratégicas:

- 5.1 Justiça próxima dos cidadãos (com programas de justiça alternativa);
- 5.2 Atenção a jovens em situação de vulnerabilidade social, infracional e criminal;
- 5.3 Recuperação do espaço público;
- 5.4 Melhoria da convivência e recuperação de espaços críticos (com ações centradas na “Teoria das janelas quebradas”);
- 5.5 Fechamento de bares à 01h00min da manhã;
- 5.6 Desarmamento.

Resumindo, o plano de Bogotá aliou programas preventivos e repressivos de violências e criminalidades, quebrando um padrão que, durante muitas décadas, privilegiou o uso das armas, a resolução violenta de conflitos e as respostas coercitivas, negligenciando as ações preventivas. Basicamente, a mesma receita que deu certo na cidade paulista de Diadema, que só começou a reverter o índice de 141 homicídios por 100 mil habitantes quando as autoridades municipal e estadual passaram a ocupar o espaço público.

Enfim, a passagem da Caravana por Natal propiciou a ampliação do debate sobre segurança pública, com a abordagem de temáticas importantes para o enfrentamento de violências e criminalidades. As atividades na cidade contaram com o apoio da

Universidade da Paz – Unipaz ([Fátima Tavares](#)), e teve como outro ponto alto a realização de uma Conferência Livre, com a inserção de princípios e diretrizes sobre cultura de paz, comunicação e controle de armas e munições na ata final dos trabalhos.

[\(Ver resumo da Conferência Livre\)](#)

Resumo esquemático dos debates, entrevistas, informações:

- “O que foi derrotado no referendo foi uma idéia avançada demais para a época, ou seja, a proibição do comércio de armas e munições no País, porque a tese do desarmamento em si saiu fortalecida. A intensa mobilização da sociedade civil fez com que as instituições públicas se voltassem para o desafio do controle de armas. Conseguimos, a partir do referendo, tirar a segurança pública das quatro paredes das secretarias de Estado e levar para as ruas, para o debate na sociedade” (*Marcos Dionísio Medeiros, titular da Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – CODEM*);
- “O controle de armas e munições ainda não está ocorrendo na velocidade e na dimensão necessárias, mas os avanços são inegáveis. O terrorismo promovido pelo campo do ‘não’ vem sendo, aos poucos, desmoralizado. Boa parte da população começa a enxergar o engodo e ver que não há outra saída a não ser resgatar a cultura de paz, a mobilização e o controle social das políticas públicas de segurança” (*Idem ao anterior*);
- “É necessário aprofundar a articulação política entre o Ministério Público, o Judiciário e o Parlamento, para construir as jornadas municipal e estadual de desarmamento, com o estabelecimento de um calendário de desarmamento.” (*Idem ao anterior*);
- “Entre as ações importantes para diminuir o número de mortes por armas de fogo está a melhor qualificação dos policiais para o seu uso, bem como a desarticulação de grupos de extermínio, que vêm contando com a participação de agentes da segurança pública” (*Idem ao anterior*);

- “A Conferência Estadual de Segurança não será a mesma após a passagem da Caravana. Vocês trouxeram não apenas informações, mas testemunhos muito importantes, que nos ajudam e fortalecem” (*Idem ao anterior*);
- “É necessário promover uma publicidade mais constante sobre o Estatuto e as ações de desarmamento” (*Agripino Oliveira Neto, titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social*);
- “Existem iniciativas que vêm ajudando muito no trabalho de desarmamento, e que precisam ser replicadas. A gratificação dos policiais que recolhem armas é uma delas” (*Idem ao anterior*);
- “A violência está ultrapassando os limites de razoabilidade (...). Para enfrentá-la, é preciso estabelecer canais mais diretos de comunicação entre a população e os órgãos de repressão à criminalidade, porque o sistema é muito fechado, as pessoas não sabem direito quem procurar para denunciar ou se proteger. É preciso, entre outras coisas, popularizar o uso de tecnologias de informação”. ([Daniel Justo Madruga](#), delegado da Polícia Federal do RN);
- “Em 2009, foram registrados, até o momento, **19** furtos, **28** extravios e **121** apreensões e de armas de fogo no estado” (*Idem ao anterior*);
- “É importante envolver as mulheres nas campanhas de desarmamento. São elas que estão convencendo os homens a entregarem as armas. Elas vêm se destacando nesse trabalho” (*Mariana Barbalho, promotora de Justiça*);
- “Segurança pública não é apenas atribuição do governo do estado. É do governo municipal também. Daí a importância de criarmos o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), para obter verbas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e financiar ações de caráter preventivo, como lazer, esportes, iluminação...” (*Idem ao anterior*);
- “É preciso que as pessoas saiam de sua zona de conforto e participem desses eventos. Se a gente não conseguir se mobilizar, os problemas irão perdurar. A tarefa de contribuir para elaborar a política de segurança pública que favoreça à sociedade é de todos nós” ([Cléber Costa](#), *Movpaz*);
- “A Rede Desarma Brasil vem brindando a sociedade com informações extremamente importantes. É preciso que se compreenda a dimensão desse trabalho e que se busque meios de torná-lo permanente. O desarmamento tem que se transformar numa questão corriqueira na vida das pessoas” ([Daniel](#)

Pessoa, advogado, militante e presidente do Instituto de Pesquisas em Justiça e Cidadania).

- Estas palestras da Rede Desarma Brasil são tão importantes que deveriam chegar à periferia. O caminho é esse: desarmar a sociedade. Eu me coloco à inteira disposição de vocês para colaborar com esse trabalho (José Arnor da Silva, presidente do Sindicato dos Policiais Civis);
- “É preciso fortalecer o trabalho de segurança nos municípios, porque os municípios estão mais perto dos problemas” (Margareth Vieira de Lima, guarda municipal);
- Em todo o Rio Grande do Norte, foram concedidos apenas **65** registros de **armas novas** em 2008, o que aponta para o maior rigor no controle sobre a circulação deste instrumento letal no País. O recorde é dos estados da Paraíba e do Maranhão, com apenas **01** registro concedido (*Dados do Sistema Nacional de Registro de Armas e Munições – Sinarm, divulgados pela ONG Viva Rio*);
- No estado, foram roubadas (ou furtadas) **95** armas em 2008 (contra o recorde paulista de **2.672**), mas o número de armas apreendidas foi bem maior: **233**, o que aponta para efetividade do trabalho da Polícia Federal na redução do número de armas ilegais (*Idem ao anterior*);
- O número de armas entregues voluntariamente no RN em 2008 foi de apenas **07**, o que aponta para a necessidade de reforçar as campanhas no estado (o recorde positivo é de Brasília, com **9.657** unidades entregues, mas o DF é também campeão em concessão de registros de armas novas: **5.913**; de renovação de registros estaduais: **16.614**; e de registro de armas velhas: **18.646**) (*Idem ao anterior*);

Outros informes

- Como ocorreu na Paraíba e no Piauí, os integrantes da Caravana Comunidade Segura distribuíram cartilhas (“Segurança Pública Cidadã”) com dados sobre o desarmamento no País. Alguns deles:
 - 90% dos 17 milhões de armas que circulam no Brasil estão em mãos de civis e 50% delas não são legalizadas[1];

- Somente em 2003, aproximadamente 27 mil armas foram roubadas de residências brasileiras[2];
- A pessoa que tem arma de fogo em casa tem 57% mais chance de ser assassinada do que quem está desarmado[3];
- Em 2008, cerca de 600 mil armas foram tiradas da ilegalidade no Brasil, como resultado da Campanha de Registro e Recadastramento de Armas[4];
- Entre julho de 2004 e outubro de 2005, a Campanha de Entrega Voluntária de Armas recolheu quase meio milhão de armas no País, tendo sido a segunda maior do mundo[5];
- Anualmente, ocorrem 34 mil mortes por arma de fogo no País, o que significa dizer que a cada 15 minutos um brasileiro morre em função de ferimentos provocados por armas de fogo[6];
- Até 2003 (antes, portanto, da aprovação do Estatuto do Desarmamento, em dezembro deste mesmo ano), ocorriam no Brasil 39 mil mortes por armas de fogo ao ano[7];
- No primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o índice nacional de homicídios por armas de fogo caiu 8,2%, sendo a primeira queda registrada em 13 anos[8];
- Em 2006, o percentual chegou a 12%, o que significa mais de 5.000 vidas poupadas[9];
- Em geral, os estados que apresentaram maiores quedas nos índices de homicídio foram os que estavam em situação pior nos *rankings* de mortes por armas de fogo, antes das campanhas de desarmamento, e que tiveram alto índice de recolhimento de armas, durante as mesmas[10].
- Uma sessão especial na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, transmitida ao vivo para todo o estado, marcou a manhã do primeiro dia de atividades da Caravana Comunidade Segura em Natal. No período da tarde, foi realizada uma Conferência Livre, na Coordenadoria de Direitos Humanos e de Defesa das Minorias da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – CODEM;
- No segundo dia em Natal, os integrantes da Caravana Comunidade Segura realizaram visitas técnicas à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social e à Polícia Federal naquele estado.

Outros dados

- Pequena cronologia da política do desarmamento no Brasil:
 - Dezembro de 2003 – aprovação do Estatuto do Desarmamento;
 - Julho de 2004 – Realização de Campanha de Entrega Voluntária de Armas;
 - Outubro de 2005 – Referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições no Brasil e início das Caravanas do Desarmamento;
 - 2006 – Instalação da CPI do tráfico de armas;
 - 2007 – Criação da Subcomissão Permanente de Controle de Armas & Munições;
 - 2008 – Realização de Campanha de Registro e Recadastramento de Armas, pela Polícia Federal.
- Aproximadamente 80% das armas ilegais apreendidas pelas polícias no País são brasileiras[11];
- Cerca de 70% das armas apreendidas com a criminalidade haviam saído vendidas legalmente a comerciantes e desviadas[12].
- As armas ficaram mais raras e mais caras no mercado ilegal, após o as ações de desarmamento (exemplo: antes do Estatuto, em São Paulo, uma pistola 9 mm era vendida no mercado ilegal por R\$ 800,00; dois anos depois, passou a custar R\$ 1.300,00) [13];
- Em apenas cinco anos, o Brasil gastou cerca de R\$ 93 milhões com vítimas da violência armada[14].

Saiba mais sobre a passagem da Caravana por Natal em:

<http://www.comunidadessegura.org;>

<http://www.deolhonoestatuto.org.br;>

Veja fotos da passagem da Caravana por Natal em:

<http://www.comunidadessegura.org;>

<http://www.deolhonoestatuto.org.br;>

Confira mais dados sobre o desarmamento e o Estatuto em:

<http://www.deolhonoestatuto.org.br>;

<http://www.comunidadessegura.org>;

Para saber como entregar ou regularizar sua arma, ver:

<http://www.dpf.gov.br>

Publicações úteis à compreensão das questões relativas às armas e munições no Brasil:

- “Armas de fogo: proteção ou risco?”, de [Antônio Rangel Bandeira](#) e Josephine Bourgois (VIVA RIO, 2005);
 - “Brasil: as armas e as vítimas”, de Rubem César Fernandes e outros ([LETRAS](#), 2005);
 - “Vidas poupadas: impacto do desarmamento no Brasil” (UNESCO, 2004);
 - “Também morre quem atira” (Secretaria de Segurança Pública 2001);
 - “Caravana Comunidade Segura 2009: Campanha do Desarmamento – Segurança Pública Cidadã.”, de vários autores (Rio de Janeiro: Viva Comunidade e Rede Desarma Brasil, 2009).
-

Clipping da passagem da Caravana por Natal:

- *TV Assembléia* – Cobertura ao vivo de toda a sessão especial da AL, em 25/05/09;
 - *TV Assembléia* – Entrevista, em 25-05-09;
 - *TV afiliada da SBT* – Entrevista, Jornal do SBT, em 25-09-09;
 - Jornal Diário de Natal – Reportagem “Armas: Caravana prega redução”, pág. 7 de Cidades, em 26-05-09.
-

Resumo da Conferência Livre – Eixo 5

[\(Voltar ao texto principal\)](#)

Local: Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Princípio 1

O problema das violências e das criminalidades no País configura-se, hoje, como um problema cultural. Deste modo, é imprescindível a uma política de segurança pública eficaz investir em programas e projetos preventivos e de estruturação de uma cultura de paz.

Princípio 2

Há um problema no noticiário sobre violências, mas ele não se situa, isoladamente, na esfera midiática, e sim em seu modo de produção. E as narrativas dos meios de comunicação de massa são construídas na interação entre agentes da segurança pública (esfera *produtora* de dados) e agentes noticiosos (esfera *difusora* de dados). Portanto, para enfrentar este problema, é imprescindível estruturar uma política de comunicação que vise estas duas esferas de poderes, notadamente, priorizando a interação destas esferas, sendo não só inócuos, mas nocivos projetos que se aproximem do cerceamento da liberdade de imprensa.

Princípio 3

Uma política de segurança pública pautada não apenas na repressão, mas na prevenção não pode ignorar um vetor responsável pela maioria das mortes por homicídio no Brasil: as armas de fogo.

Princípio 4

A Segurança Pública deve ser pautada na modernização da estrutura e funcionamento do sistema de segurança pública.

Princípio 5

A Segurança Pública deve estar pautada na gestão de decisão com participação de gestores, trabalhadores e sociedade civil.

Princípio 6 – A Segurança pública deve estar pautada na pluralidade intersetorial para ações de enfrentamento das formas de violência.

Diretrizes:

1. Investir em projetos de educação para o respeito aos direitos humanos e o pleno exercício da cidadania;
2. Investir em projetos de resgate e de fortalecimento de valores éticos e morais, inserindo a cultura do cuidado – o que inclui o cuidado consigo, com o outro e com o bem comum;
3. Abertura e valorização de espaços públicos, em todas as unidades da Federação, para a promoção do diálogo e a estruturação de uma cultura de paz, buscando a interação entre estes espaços;
4. Investir na formação em direitos humanos dos profissionais da segurança pública;
5. Apoio a atividades culturais, dentro de escolas e outros espaços institucionais, que estimulem a cooperação, em lugar da competição;
6. Apoio a pesquisas sobre comunicação & violências, ou sobre comunicação & segurança pública, uma vez que é insatisfatória a produção acadêmica neste binômio;
7. Aprimoramento do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública uma vez que, além de subsidiar a alocação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, serve de matriz para a esfera da difusão de informações sobre violências;
8. Apoio a projetos de monitoramento (e auto-monitoramento) do noticiário sobre segurança pública (observatórios, por exemplo), sendo recomendável o mapeamento de tais iniciativas nas diversas unidades da Federação;
9. Apoio a projetos que valorizem a mudança de ótica do noticiário sobre segurança pública, abrindo espaços para a veiculação de boas práticas e iniciativas em todo o País, driblando o noticiário de caráter sensacionalista;
10. Investir no trabalho de esclarecimento sobre o campo da comunicação, a partir mesmo do ensino fundamental;

11. Inserção de disciplinas dentro dos campos da sociologia, da filosofia e da antropologia em todos os semestres de todos os cursos de comunicação social (olhar para fora da caixa de ferramentas profissional);
12. Investir em programas e projetos de desarmamento e controle de armas e munições, com a participação de gestores, sociedade civil e trabalhadores do sistema;
13. Fortalecer o SINARM e o SIGMA, contornando problemas e incompatibilidades entre os dois sistemas;
14. Em contraponto às propostas de armamento de alguns setores da segurança pública, investir na vertente de tecnologias não-letais;
15. Modernização das legislações, com garantia de direitos como: carga horária de trabalho, filiação partidária, sindicalização e greve;
16. Efetivação e integralização das políticas públicas para a construção de uma cultura de paz;
17. Desmilitarização das forças policiais como uma necessidade institucional e evolução social;
18. Efetivação das matrizes curriculares nacionais;
19. Criação de conselhos de segurança tripartites, proporcionais e com poder deliberativo;
20. Garantia orçamentária para estruturação e funcionamento adequado e regular dos CREA e dos CRAS para tratamento de agressores e vítimas de violência;
21. Investimentos em ações culturais e de lazer para incentivar a participação da juventude.

* Suzana Varjão é jornalista, escritora, membro da Rede Desarma Brasil, do Fórum Comunitário de Combate à Violência e do Movimento Estado de Paz.

[1] Fonte: *Brasil: as armas e as vítimas*. Editora 7 Letras, RJ, 2005.

[2] Fonte: Polícia Federal.

[3] Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2001.

[4] Idem.

[5] Idem.

[6] Redução de Homicídios no Brasil (Ministério da Saúde, 2007).

[7] Idem

[8] UNESCO, 2004.

[9] Redução de Homicídios no Brasil (Ministério da Saúde, 2007).

[10] Idem.

[11] CPI do Tráfico de Armas, 2006.

[12] Idem.

[13] Estado de São Paulo, 23 de outubro de 2005.

[14] DATASUS, 2006